

Vereador quer saber se os prédios públicos de Mauá têm segurança

Sargento Simões diz que Prefeitura se recusa a mostrar licenças e laudos; governo garante que estabelecimentos seguem os padrões legais

DANIEL TOSSATO
danieltoossato@dgabc.com.br

O MP-SP (Ministério Público de São Paulo) recebeu denúncia, encaminhada pelo vereador de oposição Sargento Simões (Avante), de que prédios públicos em Mauá estariam funcionando sem condições adequadas de segurança – inclusive com a ausência do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). A Prefeitura rebate a acusação, argumentando que imóveis têm “as condições necessárias para o bom atendimento aos munícipes”.

Sargento Simões conta que decidiu levar a questão para a Promotoria porque a administração não atendeu a sua solicitação de apresentar a licença de ocupação e o AVCB dos estabelecimentos municipais, entre outros laudos. “Foram apresentados três requerimentos e não nos foram encaminhados documentos que comprovem



FISCALIZAÇÃO. Sargento Simões ficou sem resposta sobre laudos de segurança dos prédios públicos

que os prédios estão de acordo com a legislação vigente”, justifica o vereador.

Segundo o denunciante, a Lei Orgânica do Município exige que os imóveis públicos te-

nam AVCB, Habite-se, laudos de vistoria da Vigilância Sanitária, licença ambiental e outras licenças conforme sua atividade fim. Ele solicitou à Prefeitura cópia de todos os do-

mentos, mas não teria sido atendido.

A Prefeitura afirma possuir sob sua tutela “mais de 120 imóveis” nas áreas de saúde, educação, assistência social e

demais serviços. “Em todos eles são garantidas as condições necessárias para o bom atendimento aos munícipes”, garante o governo em nota encaminhada ao jornal.

Sargento Simões alega que o Paço exige a documentação dos comerciantes de maneira veemente, mas se esquece de aplicar o mesmo rigor aos seus próprios prédios. “A Prefeitura tem se exacerbado na cobrança dos documentos dos proprietários, cobrando de forma agressiva”, afirma o legislador.

Falta sensibilidade à administração, segundo avaliação de Sargento Simões: “A gestão esquece que a cidade teve crescimento desordenado. Muitos donos de comércios passaram a abrir os estabelecimentos em suas próprias casa, seja em uma garagem ou até mesmo em uma casa dos fundos”.

Comerciantes ouvidos pelo **Diário**, que só aceitaram conversar sob condição de anoni-

mo, por temer represálias, confirmaram o método denunciado pelo vereador, de que fiscais da Prefeitura estariam agindo com agressividade e desconsiderando os apelos para a concessão de mais tempo para regularização dos prédios comerciais.

O governo nega as acusações de truculência e falta de diálogo feitas por vereador e comerciantes. “A administração pública exige tão somente o que está previsto na legislação municipal”, informa a Prefeitura quando questionada pela equipe do **Diário**.

Sargento Simões espera que o MP obrigue o governo do prefeito Marcelo Oliveira (PT) a apresentar os documentos que atestem as condições de funcionalidade e segurança de todos os próprios municipais. Segundo o vereador, o requerimento foi protocolado na Promotoria na terça-feira. Não há prazo para manifestação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3